

oftalmologia

Uns dias anteriores de ter vindo para a Ilha dos Piratas, fui a uma ótica buscar os meus óculos escuros e fazer uma consulta de contactologia, para comprar as lentes de contacto. Eu só queria saber o preço das lentes de contacto, mas a optometrista fez questão de eu fazer uma consulta para as lentes de contacto. Os óculos escuros que eu uso na Ilha dos Piratas são uns óculos bué fixes de uma marca bué fixe que é ecológica. As hastes são de bambu e a armação dos óculos é feita de plástico reciclável. Tal como a Jupiter Editions, a marca dos meus óculos escuros está ligada a uma causa social e ecológica. Com cada venda, ajudam os meninos de risco de exclusão social a ter uma educação de qualidade e dentro da caixinha dos óculos vinha um lápis de carvão que podemos plantar e criar vários tipos de plantas. Achei giro. Ainda não plantei o meu lápis de carvão. Os óculos custaram-me 50€. Quando tenho este dinheiro para gastar, tento gastá-lo da melhor forma. Tal como o tempo. Tento gastar o tempo sempre da melhor forma. Há muitas marcas, há muitas empresas, somos milhões de cérebros, não podemos seguir todos. Só há tempo para seguirmos os bons.

Antes da consulta tive de fazer uma ficha, porque era um cliente novo. Lembro-me que havia a opção para eu “autorizar” que a ótica pudesse “acompanhar a evolução das minhas dioptrias”... Não eram bem estas palavras, não me lembro, teria de voltar à loja e pedir a ficha, posso voltar, porque posso sempre “desautorizar” o processamento e tratamento dos meus dados que eu autorizei que fossem tratados. Autorizei, porque enfim, tenho a mesma dioptria desde os 19 anos e porque não me preocupo muito que a ótica tenha na sua base de dados as minhas dioptrias. Não autorizei que a ótica pudesse partilhar as minhas dioptrias com outra ótica, ou com um parceiro fosse de que empresa fosse. Normalmente, não autorizo que a empresa a que eu autorizei o processamento dos meus dados “estritamente necessários” para o “normal funcionamento do contrato” partilhe com empresas, ainda que do mesmo grupo, ou com parceiros. Isto é importante. E neste caso, achei que “acompanhar a evolução das minhas dioptrias” fizesse parte do “estritamente necessário”. Amanhã posso deixar de pensar e ir a correr desautorizar o que eu autorizei. Mas sobre isto, o meu cérebro está completamente descansado.

Entrámos na consulta e a optometrista de computador já na mão disse que queria que eu lhe contasse toda a “história clínica” da saúde dos meus olhos, queria saber para que é que eu queria as lentes de contacto... É claro que não lhe ia contar “história clínica” nenhuma. Eu estava ali só para pôr lentes nos meus olhos e ver qual é que eram as lentes que se adaptavam melhor aos meus olhos. Eu só queria as lentes para o trabalho de verão de salva-vidas. A consulta era gratuita. Não ia dar dados nenhuns meus gratuitos, só porque estava numa consulta gratuita. Disse-lhe que não gosto de usar lentes, porque não gosto de estar sempre a mexer no olho. O olho não foi feito para andarmos sempre a tocar nele. Mas disse-lhe que precisava mesmo de comprar as lentes e que só iria usar no verão. Dantes usava lentes, porque não gostava de me ver de óculos, mas essa birra já passou. Essa fase já pensou. A fase da mania. Agora estou na fase da saúde. Ligo só à saúde. Perdi a mania “de não querer usar óculos”. Foi uma estupidez. Já passou. Não dei esta história clínica à optometrista.

A optometrista quis saber o porquê de precisar de lentes para o verão e perguntou se era para a praia. Eu disse que sim. Perguntou se era para lazer ou trabalho. Eu respondi que era para trabalho. Perguntou qual era o trabalho e se tinha mesmo de usar as lentes, porque estava muito preocupada com a saúde dos meus olhos. Eu disse que era para uns trabalhos na praia e que tinha mesmo de usar as lentes e que seria o dia todo. A optometrista insistiu em querer saber qual era o trabalho. Eu disse que era para uns trabalhos na praia e que tinha mesmo de usar as lentes e que seria o dia todo, repeti. A optometrista insistiu em querer saber qual era o trabalho. Eu disse que ia fazer uns trabalhos fixes na praia e que tinha mesmo de usar as lentes e que estava ali para simplesmente fazer o teste das lentes. Eu não queria que no sistema informático da ótica ficasse lá escrito

que eu era salva-vidas. Simples. Uma empresa não tem nada que ver com a minha profissão, por várias razões. Fez-me as perguntas e eu respondi sempre que não.

Fiz-lhe a piada que agora “todos” íamos começar a usar óculos por causa dos teletrabalhos e das telescolas, que íamos ser uma sociedade “caixa de óculos”. E ela disse que eu estava a rir-me, mas que era verdade. Disse que os nossos olhos não tinham sido “feitos” para estar o dia todo em frente ao computador. Claro, que concordei com ela. E um holograma saiu-me da cabeça. Era um holograma meu, muito preocupado com o Código do Trabalho, na parte da saúde dos trabalhadores, como “mais um argumento” para ser contra a instituição obrigatória da telescola e do teletrabalho. É claro que aproveitei “o meu momento” político e disse que o senhor primeiro-ministro antes de ter declarado o confinamento obrigatório deveria ter-se confinado primeiro a si próprio. Ou seja, antes do Parlamento declarar o confinamento obrigatório, era o próprio Parlamento que deveria ter-se “autoconfinado” primeiro, porque não há trabalho nenhum político que eu não possa fazer a partir de casa... Disse-lhe também que gostava muito de Oftalmologia e que via um Direito da Oftalmologia com oftalmologistas a irem regularmente às escolas e a meterem uns óculos fixes gratuitamente a todos os meninos que fossem filhos de pais sem dinheiro para comprar uns óculos fixes. Disse-lhe que era muito importante serem os miúdos a poderem escolher os óculos e não os pais. A optometrista aplaudiu logo a minha voz e perguntou-me se eu queria ser primeiro-ministro. Disse-lhe que não. Ela perguntou-me porquê. Eu perguntei-lhe se ela iria inserir a minha resposta no sistema informático dela. Ela jurou que não, mas fez “figas” e riu-se. Eu disse que ia escrever sobre as “figas” dela. Disse-lhe que curtia mais ficar a escrever sobre as “figas” dela. Não sei se ela percebeu. Mas ela riu-se.

No final da consulta disse-me que tinha ficado a pensar no meu Direito da Oftalmologia. Disse-me para eu ficar descansado que não ia incluir o meu Direito da Oftalmologia na minha “história clínica”. Perguntou-me para que praia é que eu ia ser salva-vidas. Pensei que provavelmente pela sociedade de informação já soubesse que eu era salva-vidas. Perguntei-lhe se tinha “cara” de salva-vidas. Ela disse que eu tinha mais “corpo” de primeiro-ministro do que “salva-vidas”. Não fiquei ofendido, mas disse-lhe que tinha ficado ofendido. Ela riu-se e jurou que não ia escrever no sistema informático que eu era salva-vidas.

Contei ao Fred sobre a questão da proteção de dados de saúde relativamente à ótica poder “monitorizar as minhas dioptrias”... Disse que conseguia ver a utilidade dos estudos científicos que se poderiam fazer com os dados de saúde das dioptrias e com as “histórias clínicas dos olhos” para efeitos científicos estatísticos e que desde que fossem obviamente estudos anónimos, poderiam ser muito importantes. Vi de facto, a sua importância. A única questão aqui é uma ótica lucrar com a minha história clínica ao vender a minha história clínica a uma empresa de análise de dados, por exemplo de saúde. E se a própria ótica quisesse fazer ela um estudo com os dados que tinha ou usar o seu banco de dados para pedir um “fundo perdido” para investigação? Não era esta a utilidade que eu tinha visto... Era outra. Um departamento científico, um Ministério da Investigação da Saúde, por exemplo, a ir recolher os dados das histórias dos míopes, mas diretamente aos míopes, que sabiam que estavam a participar anonimamente para um estudo científico. Estou preso a uma

miopia. 24 de junho de 2021, *Jaime Maria Bayamonde da Costa Ayala*

Publicado pela **Jupiter Editions®**

em www.jupitereditions.com no dia 4 de setembro de 2021.